

## NAZISMO E POSITIVISMO: OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ESCOLA SEM PARTIDO

Carlos Lucena<sup>1</sup>

Adriana Cristina Omena dos Santos<sup>2</sup>

Lurdes Lucena<sup>3</sup>

Robson Luiz de França<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo analisa os fundamentos epistemológicos do projeto Escola sem Partido no Brasil. Demonstra o positivismo durkheimiano e a educação nazista como pressupostos que sustentam esta concepção educacional, apontando o Escola sem Partido como um projeto conservador que visa suprimir e redefinir a liberdade de cátedra nas escolas brasileiras.

**Palavras-Chave:** Positivismo – Escola sem Partido – Nazismo – Educação.

### Abstract:

This article analyzes the epistemological foundations of the Escola sem Partido project in Brazil. It demonstrates Durkheimian positivism and Nazi education as assumptions that support this educational concept, pointing to Escola sem Partido as a conservative project that aims to suppress and redefine the freedom of professorship in Brazilian schools.

**Keywords:** Positivism - School without a Party - Nazism - Education.

### 1. Introdução

As reflexões dos Professores Carlos Lucena, Lurdes Lucena e Robson França não são novas sobre o tema “Escola sem Partido”. Em recente livro denominado “Escola sem partido ou a escola da mordada e do partido único a serviço do capital”, organizado pelos Professores Eraldo Leme Batista Paulino José Orso e Carlos Lucena, publicado pela Navegando Publicações em 2019, estes professores produziram reflexões sobre o tema em questão. Neste capítulo, são retomadas estas discussões, agora acrescidas pelas contribuições e reflexões da Profa. Adriana Cristina Omena dos Santos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação Unicamp. Pós-doutorado em Educação Ufscar. Professor Titular da Faculdade de Educação da UFU. Bolsista de Produtividade e pesquisa nível 2 do CNPQ. Pesquisador do Histedbr. Pesquisador da Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação do PPGED/Faced/UFU

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Unicamp. Professora Adjunto IV da Faculdade de Educação – UFU.

<sup>3</sup> Doutora em Educação UFU. Professora de Ensino Superior na Esamc.

<sup>4</sup> Doutor em Educação Unesp. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Titular da Faculdade de Educação da UFU. Pesquisador do Histedbr. Pesquisador da Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação do PPGED/Faced/UFU

O projeto Escola sem Partido foi elaborado a partir do Projeto de Lei 867/2015 que visava reformular os pressupostos educativos e de cátedra nas escolas brasileiras. Tendo como referência a escola enquanto processo de doutrinação partidária e socialista, mirava a eficácia de um sistema curricular e de vigilância da atuação dos professores. Seus princípios visavam a retomada da neutralidade científica de orientação positivista intimamente apoiadas nas reflexões e pressupostos de Émile Durkheim. O referido projeto, em seu artigo 2º tem como fundamento a defesa da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, o pluralismo de ideias, a liberdade de aprender, de consciência e de crença e a reafirmação do processo de aprendizagem e a educação moral de acordo com as convicções familiares.

Partimos do princípio epistêmico expresso por Marx ao qual se a aparência fosse igual à essência, não seria necessário a existência da própria ciência. As afirmações presentes nos processos sociais expressos por Leis que manifestam a luta de classes do seu tempo, nem sempre expressam de forma clara aquilo que realmente significam. É necessário interpretar o contexto econômico e político em que são expressas, analisando, a partir dos conflitos e interesses em questão, o seu verdadeiro significado.

Destacamos que apesar de o projeto em si não fazer referência a qualquer partido político ou movimento social, fica implícita a forte resistência a qualquer ação dos professores voltada à participação dos alunos em processos de manifestações de massas. Essa afirmação ganha corpo quando analisada às mobilizações de ocupação de escolas nos últimos anos.

Confessamos nossa dificuldade em entender o corpo discente como tabula rasa facilmente influenciável por opiniões docentes. Os alunos carregam consigo uma história de vida permeada por interpretações e concepções de mundo. Como seres humanos históricos, são agentes ativos em uma sociedade em movimento e contradição. Alertamos que a crítica feita às escolas como espaço de doutrinação política não representa a realidade do cotidiano escolar.

A busca dos fundamentos epistemológicos que justificam a proposta da “Escola sem Partido” é o caminho a seguir. Os aspectos ontológicos e gnosiológicos que fundamentam o projeto “Escola sem Partido” fornecem elementos para um olhar para além da aparência. A apologia à neutralidade científica e negação às ideologias elucidam os elementos conservadores que o compõem.

O debate que se apresenta não é novo. A educação, fenômeno social por excelência, como parte da sociedade, não passa a margem dos conflitos, lutas de classes, antagonismos e contradições em seu tempo histórico, cuja interpretação se insere na dinâmica entre o passado, presente e o futuro.

Este movimento temporal potencializa a recuperação dos projetos sociais em disputa. As lutas de classes se explicam em um processo histórico em que os movimentos do presente resultam das contradições do passado e propõem uma perspectiva futura. Como parte da sociedade, é na educação que as lutas se manifestam. Essa dinâmica temporal impacta na capacidade formativa escolar manifesta na construção da autonomia do agir e o pensar elegendo-a como espaço sublime de lutas sociais. O sentido da educação inerente à formação humana em o presente e para o futuro potencializa lutas sociais contínuas e implacáveis pelo seu controle.

Partindo de o princípio da matéria anteceder a teoria, a identificação dos atores em ação se manifesta em uma ação epistêmica para esse fim. A essência do projeto “Escola sem Partido” expressa pela neutralidade científica e negação às ideologias fundamenta-se no positivismo, uma rica concepção epistêmica, cujos pressupostos são voltados à ordenação e manutenção de uma sociedade da forma como é. O positivismo foi essencial para a edificação de sociedades de cunho autoritário e sem mobilidade e crítica social, destacando-se ditaduras civis militares e o Nacional Socialismo Alemão.

## 2. Pressupostos do positivismo na educação

Há alguns anos, o Prof. Carlos Lucena publicou um artigo na Revista Histedbr On line denominado “O pensamento educacional de Émile Durkhem<sup>5</sup>”. Nele debatemos os pressupostos durkheimianos referentes à construção de uma teoria da solidariedade que fundamenta o ordenamento de uma sociedade. A teoria da solidariedade se divide em duas formas: a solidariedade **mecânica e a orgânica**. Na solidariedade mecânica os homens estão unidos a partir da semelhança de valores expressos na religião, tradição ou o sentimento comum à qual a sociedade é coerente e os indivíduos não se diferenciam. A solidariedade orgânica, diferente da primeira, é aquela em que o consenso resulta de uma diferenciação, ou se exprime por seu intermédio. Dentro desta concepção, os seres

---

<sup>5</sup> Carlos Lucena. O pensamento educacional de Émile Durkheim. In Revista Histedbr on line, v10, n.40, 2010.

Fonte: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820>> Acesso em: 01 maio 2018

humanos são diferentes entre si. Sua união só é possível a partir da dependência mútua na realização de qualquer atividade social.

Durkheim acredita que na solidariedade orgânica ocorre uma redução da esfera da existência que cobre a consciência coletiva, enfraquecendo as reações coletivas contra a violação das proibições. O indivíduo nasce da sociedade e não o contrário. O primado da sociedade sobre o indivíduo tem pelo menos dois sentidos que no fundo nada tem de paradoxal. O primeiro é o da prioridade histórica das sociedades em que os indivíduos se assemelham uns aos outros e estão, por assim dizer, perdidos do todo, com relação àquelas sociedades cujos membros adquiriram ao mesmo tempo consciência da sua responsabilidade e da capacidade que têm de exprimi-la. O segundo baseado numa prioridade lógica de explicação dos fenômenos sociais. Se a solidariedade mecânica precedeu a solidariedade orgânica, não se pode explicar os fenômenos da diferenciação social e da solidariedade orgânica a partir dos indivíduos. A consciência da individualidade não pode existir antes da solidariedade orgânica e da divisão do trabalho social. (Aron, 2002)

O conceito durkheimiano de solidariedade orgânica é fundamental para a interpretação da “Escola sem Partido”. Essa proposta educacional objetiva a construção de uma sociabilidade conservadora através da escola. Seus pressupostos implicam em um movimento de doutrinação ao qual a harmonia social é resultado de uma ação passiva dos seres humanos perante a sociedade. Na aparência, as propostas da “Escola sem Partido” sustentam o fim de uma pretensa doutrinação político ideológica. Em sua essência, em nome da solidariedade orgânica, materializa a instauração de princípios conservadores voltados à exclusão de todo e qualquer pensamento crítico nas escolas.

A afirmação marxiana da diferença entre a aparência e a essência da interpretação dos processos sociais aqui se aplica. A negação da política é uma posição política. A política é uma relação humana e histórica por excelência que só será precedida com a inexistência da espécie humana. A humanidade criou a política e sem ela não consegue existir. A centralidade da política nos possibilita a seguinte predição: a “Escola sem Partido” é uma “Escola com Partido”.

### **3. A Influência do positivismo e do pensamento nazista na sociedade atual e no projeto Escola sem Partido.**

## NAZISMO E POSITIVISMO

É notável como os pressupostos do nazismo se reapresentam na sociedade. Como o ovo da serpente<sup>6</sup> germina com o fomento das crises cíclicas do capitalismo, produzindo propostas em diferentes segmentos da sociedade.

O uso da educação para materializar a passividade dos seres humanos perante a sociedade não é novo. Tomando o cuidado em não inserir no anacronismo histórico, nos parece que os fundamentos epistêmicos que sustentam a “Escola sem Partido” são similares àqueles dos regimes totalitários e ditaduras em que em nome da harmonia e do consenso social calaram e calam milhares de seres humanos. Toda proposição ditatorial utiliza ações coercitivas e ideológicas para negar concepções contrárias às suas.

As propostas nazistas para a educação na Alemanha nos anos 30 do século XX exemplificam esta afirmação. O Estado alemão instaurou um processo educacional formativo voltado à formação das crianças para um futuro nazista. A missão do Reich era controlar a educação visando vigiar e excluir conteúdos nocivos à concretização do ideal nazista. Toda educação intelectual fornecida pela diversidade de concepções epistemológicas era entendida como nociva à sociedade.

Aqui o fundamento durkheiminiano novamente se apresenta. Para Durkheim o individualismo era o maior inimigo para a constituição e manutenção de uma sociedade. A constituição de uma moral coletiva expressa na divisão social do trabalho manifesta pela solidariedade orgânica é entendida por esse autor como grande desafio para a sociedade.

Em “O suicídio”, Durkheim dissertou sobre o tema da individualidade e as doenças sociais. Para as sociedades e para os indivíduos, a doença é algo que deve ser evitado. A ciência é o caminho para evitá-la. Não se trata de perseguir um fim que foge à medida que se avança, mas de trabalhar para manter o estado normal, restabelecendo o perturbado. O dever do homem do Estado, tendo como ferramenta a ciência, é executar o papel do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las.

O Reich se apropriou de princípios durkheiminianos expressos no uso da educação como ferramenta para a construção de uma moral coletiva. A elaboração de um projeto social futuro implicava em mudanças na sociabilidade no presente. Esse pressuposto se baseou no entendimento manifesto em “Educação e Sociologia” ao qual Durkheim demonstrou que a influência das coisas sobre os homens é diversa daquela que provém

---

<sup>6</sup> O ovo da serpente foi um filme produzido por Dino de Laurentiis em 1977. Ele versa sobre como a crise alemã fomentou o crescimento do nazismo.

dos próprios homens; e a ação dos membros de uma geração sobre os outros, difere da que os adultos exercem sobre as crianças e os adolescentes. Esta relação denominada por Durkheim como Educação foi utilizada pelo Reich e se apresenta em outra roupagem no Projeto Escola sem Partido. Como dissemos, ela não é um projeto pensado restrito ao presente, mas sim, um preceito educacional a partir da leitura dos conflitos de classe no passado, sua eliminação no presente como condição para a emergência de novos atores sociais e a edificação de um projeto futuro.

Merece destaque alguns pontos do Programa do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP).

O primeiro dever do cidadão é trabalhar, física ou intelectualmente. A atividade do indivíduo não deve prejudicar os interesses do coletivo, mas integrar-se dentro desta e para bem de todos.

[...]

A extensão da nossa infraestrutura escolar deve permitir a todos os Alemães bem dotados e trabalhadores o acesso a uma educação superior, e através dela os lugares de direção. Os programas de todos os estabelecimentos de ensino devem ser adaptados às necessidades da vida prática. O espírito nacional deve ser inculcado na escola a partir da idade da razão. Pedimos que o Estado suporte os encargos da instituição superior dos filhos excepcionalmente dotados de pais pobres, qualquer que seja a sua profissão ou classe social.

[...]

O Estado deve preocupar-se por melhorar a saúde pública mediante a proteção da mãe e dos filhos, a introdução de meios idôneos para desenvolver as aptidões físicas pela obrigação legal de praticar desporto e ginástica, e mediante um apoio poderoso a todas as associações que tenham por objetivo a educação física da juventude.

[...]

[...] Pedimos que se combata pela lei um ensino literário e artístico gerador da desagregação da nossa vida nacional; e o encerramento das organizações que contrariem as medidas anteriores.

Munique, 24 de fevereiro de 1920<sup>7</sup>.

A educação nazista deveria ser diferenciada, pois a educação geral colocaria propostas aos seres humanos que a sociedade não tinha como cumprir. Essa afirmação se sustenta no pensamento durkheiminiano manifesto em “Educação e Sociologia” ao qual nem todos os homens são feitos para refletir; será preciso que sempre haja homens de sensibilidade e homens de ação. Os homens não podem dedicar, todos, ao mesmo gênero da vida; existem diferentes funções a preencher, condição essencial para a construção da harmonia para o trabalho. Esse é o sentido do projeto educacional nazista: ajustar as

---

<sup>7</sup>Fonte: <http://icommercepage.blogspot.com.br/2011/10/os-25-ponto-chaves-do-nazismo.html> acesso dia 09 de outubro às 18 horas.

## NAZISMO E POSITIVISMO

condutas dos alemães, possibilitando o controle do Estado Nacional Socialista perante toda a sociedade.

É na busca do controle e exclusão das diferenças que Hitler incorpora os pressupostos positivistas referentes à formação escolar. Para Durkheim não há povo em que não exista certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar nas crianças, independente da categoria social a que pertencam. Toda e qualquer educação, seja a dos ricos ou a dos pobres, tem objetivo de fixar ideias nas cabeças dos educandos. Resulta destes fatos que cada sociedade faz do homem certo ideal, tanto do ponto de vista intelectual, quando do físico e moral, um ideal que de certo ponto é o mesmo para todos os seres humanos. Esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação.

A educação é para a sociedade o meio pela qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da sua própria existência. A construção de uma nova moralidade fiel aos princípios do nazismo fundamentada na concepção educacional positivista.

Durkheim em “A Educação Moral” aponta que as crianças não fariam senão reproduzir um traço das sociedades primitivas. Como os selvagens, as crianças estão sob o domínio das paixões que as torna impotentes à contenção. É preciso constituir através da educação os estágios originais que não estão formados nas crianças. A criança pertence ao domínio das paixões e habita entre os selvagens. Entre ela e os adultos normais há o fosso da mais radical dicotomia e polarização. Há que sufocar e cortar a sua curiosidade, sua mobilidade, vivacidade e imaginação. Há que instigar a obediência que o dispositivo pedagógico transformará em espírito de disciplina. Suas tendências serão vigiadas, medidas, avaliadas, instigadas e fortalecidas aos moldes do adulto civilizado.

A disciplina não visa estimular na criança o desejo de instruir-se, nem é um procedimento voltado para poupar forças do educador. Sua verdadeira função é atuar como um instrumento moral. A moralidade da classe depende da firmeza do mestre, e uma classe indisciplinada é um perigo moral porque a efervescência é coletiva. A complacência com a fraqueza infantil esquece que as crianças são as primeiras a sentirem-se bem com uma boa disciplina porque, como os povos, são felizes quando se sentem bem governadas. Durkheim afirma em “A Educação Moral” que a ausência de disciplina produz confusão e sofrimento de não distinguir o que é o bem ou o mal; o que se deve fazer e o que não se deve; o que é lícito e o que é ilícito. Em uma classe bem disciplinada não há confusão e sofrimento, mas sim, a saúde e o bom humor. Cada aluno está em seu

lugar e sente-se bem onde está. A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social, tendo por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de talentos físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destine.

Esses princípios sustentaram as reflexões do Nacional Socialismo em torno do uso da educação para a disciplina e controle de uma sociedade. A construção de uma nova moral manifesta no nazismo encontrou no positivismo grande aliado epistemológico. O controle educacional alemão passava pelo entendimento da ação do Estado alemão e sua capacidade de controlar a educação. Se a sociedade não estiver sempre presente e vigilante, para obrigar a ação pedagógica a exercer-se em sentido social, essa se porá ao serviço de interesses particulares e a grande alma da pátria se dividirá, esfacelando-se numa multidão incoerente de pequenas almas fragmentárias, em conflito uma com as outras. É preciso que a educação assegure uma comunidade de ideias e sentimentos, sem o qual nenhuma sociedade sobrevive. Com efeito, admitindo que a educação seja função social, não pode o Estado dela se desinteressar. Tudo o que é educação deve ser submetido a sua influência.

Esses fundamentos inspiraram o Nacional Socialismo quanto a formação educacional no Reich. A rigidez disciplinar suprimiria a capacidade de emancipação do povo, submetendo-os ao controle e disciplina social imposta pelo Reich, uma espécie de lei da mordaza nos anos 30 do século XX. Todos aqueles que estavam em discordância com o Nacional Socialismo eram entendidos como doentes sociais a serem execrados da sociedade, a materialização de uma sociedade autoritária legitimada por um Estado autoritário sustentado por pedagogias autoritárias.

Parece-nos que a lei da mordaza dos anos 30 do século XX ganhou vida no início do século XXI no Brasil. A exclusão do entendimento da educação enquanto fenômeno político acaba por negar os princípios da pluralidade de ideias manifestos no universo da aparência do projeto “Escola sem Partido”. A afirmação da pluralidade de ideias expressa por este projeto esconde o pressuposto de retirar dos currículos escolares concepções críticas à sociedade, negando a luta de classes, a discussão de gênero, o debate sobre o racismo, entre outros. Toda pedagogia de cunho autoritário se sustenta na desvalorização da pluralidade de pensamento, exclusão de propostas antagônicas e desvalorização do profissional professor. A negação da ciência expressa no acesso ao conhecimento de

## NAZISMO E POSITIVISMO

forma fragmentada manifesta uma perversa relação que nega o saber construído pela humanidade à própria humanidade. Este é o sentido do controle do trabalho dos professores e dos currículos proposto nas escolas brasileiras através da “Escola sem Partido”.

O controle curricular do ensino e do trabalho dos professores tem seus fundamentos em experiências similares utilizadas pelo Nacional Socialismo na Alemanha. A nazificação das escolas se manifestou em uma total reconstrução da educação nos anos 30 do século XX. Currículos foram reelaborados, livros foram queimados e farto material didático fiel ao nazismo foi produzido para uso nas escolas.

Um amplo processo de intimidação dos profissionais da educação foi introduzido no país. A implantação da nova pedagogia alemã implicou em um processo de reestruturação de todo o sistema de educacional do país. A coação de professores foi justificada pelo princípio de lealdade ao nazismo. O que se verificou foi a demissão e assassinio de centenas de professores críticos ao nazismo, independente de serem ou não judeus, substituindo-os por profissionais leais ao Nacional Socialismo. Os professores aposentados foram desprezados. Os que estavam na ativa e eram fiéis ao regime foram obrigados a passar por um processo de capacitação que possibilitasse compreender e aplicar a pedagogia da educação nacional socialista na Alemanha. Essa pedagogia se centrou na negação do liberalismo e, principalmente, das concepções materialistas da história.

As escolas se transformaram em um espaço de coerção social imposta pelo Estado Nazista e por parcela dos próprios alunos. A difusão do ódio sustentado por um processo de doutrinação dos jovens os colocou como vigias dos próprios professores, agredindo-os verbalmente e manifestando atos de rebeldia a concepções antagônicas ao regime.

A difusão do ódio social é uma característica do ovo da serpente. Nos chama a atenção como o ódio social renasce de tempos em tempos. Os períodos de crise econômica manifestos na dificuldade do Estado em prover melhorias sociais ao conjunto da sociedade é a gênese da insegurança e do ódio social. Preocupa-nos a existência do ódio social nas formulações da “Escola sem Partido” no Brasil. Temos a impressão que o ódio às concepções críticas e materialistas expressas na “Escola sem Partido” tem fundamentos similares ao fomento do ódio alemão em suas escolas. Tudo o que fuja aos pressupostos pensados pelo Estado autoritário é entendido como novas doenças sociais do século XXI.

Sua crítica a concepções antagônicas às formas societais reprodutivas do capital se sustenta na resignificação do conceito de socialismo. Ao contrário de Lênin que o

entendia como estágio de transição do capitalismo para o comunismo, o socialismo foi resignificado como similar à corrupção e ineficiência. O crescimento das denúncias de corrupção acompanhado pelo esgotamento do novo desenvolvimentismo sustenta todo o espetáculo midiático para esse fim. Os governos de origem classista são mostrados como inimigos de toda a sociedade. No interior desta concepção, o socialismo no universo da resignificação, não é entendido em seu potencial de emancipação social de toda a humanidade, mas sim como similar à corrupção e falência de um modelo social.

A resignificação do socialismo fortalece a ação que criminaliza os professores e suas organizações representativas. Os profissionais críticos são atribuídos como dotados de uma concepção interpretativa do mundo ultrapassada e descolada da realidade. O crescente movimento de criminalização aos professores, seus sindicatos e associações materializa uma espécie de neosionismo do início do século XXI, expresso na perseguição de política, homofobia, racismo, discriminação de gênero e intolerância a todo e qualquer pensamento alternativo. Um neosionismo que tem bases similares ao ódio nazista ao povo judeu, ciganos, socialistas, liberais, anarquistas, comunistas, entre outros no século XX, entendidos, tal qual demonstrou Durkheim, como doenças sociais a serem banidas da sociedade.

#### **4. A crítica aos fundamentos formativos humanos do projeto Escola sem Partido**

Uma questão nos inquieta. Qual projeto formativo humano justifica esta proposta educacional? Que concepção de ser humano e modelo de sociedade estão em questão? As respostas a estas perguntas estão nos pressupostos formativos escolares oriundos do neoliberalismo e o homem econômico<sup>8</sup>.

A explicação do homem econômico está presente nas discussões de Hayek. Em nosso livro “Hayek, liberalismo e formação humana” desenvolvemos este debate remetendo-o ao conceito de evolucionismo. A ação do homem econômico como desdobramento de processos evolucionistas exposto pelo individualismo potencializado pelo mercado é passível de crítica.

As relações entre o indivíduo e o mercado são apresentadas como naturais, quando na realidade são ações sociais voltadas à acumulação de capital. Essa é uma

---

<sup>8</sup> O conceito de homem econômico – homo economicus – se fundamenta na construção de um modelo de trabalhador dócil ao capital, cujas ações se sustentam na concorrência com outros trabalhadores para acesso a maiores salários, vantagens pessoais, etc. É o exemplo de formas mais elaboradas de alienação e estranhamento do trabalho.

contradição apresentada ao indivíduo, cuja “liberdade” à acumulação do capital é negada pela ação de classe detentora desse mesmo capital.

O *homo economicus* é então iludido, porque a contradição que o constitui é reificada, preservando-o em sua soberana liberdade. A referência ao fetichismo, tal como Marx o expõe, é inevitável e é de fato isso que se trata. No que tange ao mundo econômico, o indivíduo moderno tende a compreender como natural e ‘coisal’ aquilo que é social (PAULANI, 2005, 99).

Esses pressupostos sustentam o projeto “Escola sem Partido”. Sua concepção é influenciada pelas sucessivas crises do capitalismo e as estratégias dos homens de negócios para a recomposição da acumulação do capital e exploração máxima da força de trabalho. O que se desenvolve é um processo ao qual o investimento em maquinaria aumenta a relação do capital constante em detrimento do capital variável. Isso se explica em um processo metabólico ao qual o capital constante se reproduz por depreciação e em menor velocidade do que no capital variável. Essa diferenciação proporciona ações constitutivas à manutenção da acumulação manifestas na elevação da reprodução do capital em sua forma variável através da intensificação da exploração da força de trabalho, economia de matérias-primas e racionalização da produção.

Este processo ocorre no trabalho produtivo e improdutivo, manifesto em um movimento de conquista de subjetividades, cujos desdobramentos são a alienação e o estranhamento do e pelo trabalho. A formação humana é influenciada radicalmente por essa ação empresarial, atingindo, principalmente, os objetivos curriculares voltados à formação de seres humanos na escola formal expressas pela “Escola sem Partido”.

### **5. Concluindo**

A “Escola sem Partido” se insere na negação da *crítica emancipatória* como pressuposto para a afirmação do *neocriticismo conservador* assentado na elaboração do homem econômico. O processo metabólico reprodutivo do capital expresso por estratégias de exploração radical da força de trabalho em resposta às crises cíclicas do capital coloca aprisiona a *crítica emancipatória*. O *neocriticismo conservador* se manifesta na formação dos trabalhadores voltada ao oferecimento de sugestões para a continuidade reprodutiva do capital, não distinguindo o tempo de trabalho nas empresas ou em seu próprio lar. O *neocriticismo conservador* nega a sociedade como uma totalidade em contradição, concebendo-a como um universo empresarial em torno de si próprio.

A crítica do *neocriticismo conservador* à *críticidade emancipatória* manifesta na argumentação da incapacidade da educação formal de formar competências para a empregabilidade e empreendedorismo sustenta o Projeto Escola sem Partido. Qualquer concepção que negue os interesses do capital e coloque em cheque suas premissas é entendida como uma doença social que deve ser evitada a qualquer custo. Daí a necessidade de exclusão em nome da neutralidade do conhecimento das concepções críticas educativas à sociedade nas escolas.

O *neocriticismo conservador* afirma a necessidade de educar para as competências também conservadoras manifestas no aprender a pensar, a agir, entre outras tantas possíveis, se colocando como atores competentes responsáveis em ditar os rumos àqueles educadores que não sabem para onde ir. A formação do ser humano crítico e reflexivo defendido pelo pensamento empresarial baseia-se em um cunho idealista de uma sociedade sem contradições e conflitos baseados em um projeto único social no presente e para o futuro. Como bem afirmou “Olinda Noronha” em todo seu brilhantismo peculiar em “Políticas Neoliberais, conhecimento e educação” aprender o que, para que, para qual sociedade?

O *neocriticismo conservador* se sustenta na aproximação de Hayek com o neopositivismo de Karl Popper manifesta na Teoria dos Fenômenos Complexos à qual debatemos em nosso livro “Hayek, Liberalismo e Formação Humana”, mostrando diferenciações entre pressupostos do neoliberalismo do século XX e o liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX. A velha afirmação *de ser o mesmo, mas não ser igual*.

Essa aproximação de correntes de pensamento antagônicas fomenta o neoliberalismo com alguns princípios similares ao nazismo. Como bem afirmou Ianni (1998) o neoliberalismo é a fábrica onde se produzem as ideologias e as práticas nazifascistas, tendo a sua expressão na guerra contra a social–democracia, o socialismo, os movimentos sociais, o sindicalismo e as concepções críticas emancipatórias expressas pela educação manifestas no Projeto da “Escola sem Partido”.

Uma sociedade manifesta nos princípios formativos da razão instrumental posta em prática pelo homem econômico. Os fundamentos da “Escola sem Partido” manifesta a contradição do princípio idealista hayekiano de uma sociedade composta de “átomos sociais livres”, cuja materialidade afirma o oposto. Essa percepção de uma educação de cunho tecnicista entende a eficiência como formação humana assentada em pressupostos

## NAZISMO E POSITIVISMO

tecnológicos validadores, quando na realidade não vão além das fronteiras da alienação e estranhamento do trabalho.

Essa razão instrumental ganha novos contornos com o incremento de cenários globalizados, a Internet, as organizações, os blocos e estruturas de poder, instrumentos que aos poucos garantem o predomínio e a abrangência de estruturas autoritárias de gestão das formas de produção, circulação, troca e consumo, seja no âmbito nacional ou internacional. Essas subjetividades fomentam o ódio à *críticidade emancipatória*, o ódio que migra para as escolas com fundamentos similares aos impostos nas escolas na Alemanha durante o Nacional Socialismo.

A negação do acesso social à ciência e seus resultados demonstra que, independente das exigências postas, os seres humanos se mantêm no universo do trabalho alienado. A “Escola sem Partido” se sustenta em pressupostos que acentuam a alienação, a divisão do trabalho e a concentração do saber. Ela objetiva instaurar pedagogias do consenso expressa na divisão social do trabalho tão bem explicada por Emile Durkheim.

Esse é o sentido de nossa crítica ao neocriticismo conservador. A educação, ao expressar a heterogeneidade do conhecimento humano, transcende a neutralidade científica. Como parte integrante da sociedade, expressa seus conflitos e contradições através da análise científica. Ao contrário dos seus preceitos anunciados, a “Escola sem Partido” ao negar a política como expressão humana transforma a educação em um espaço autoritário, reproduzindo as tristes experiências do passado expressas no nazismo...

### Referências

ARON, R.. **Etapas do Pensamento Sociológico**. SP: Martins Fontes, 2002.

BRANDT, C. A.; MIALHE, Jorge Luís. A educação na Alemanha nazista e seu papel na modulação de ideias e comportamentos. In **Revista Hist. educ.**

**anu.** vol.14, no.2, Ciudad autonoma de Buenos Aires. dic. 2013.

Fonte: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2313-92772013000200003](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313-92772013000200003)> Acesso em: 01 maio 2018.

DURKHEIM, E., **Da divisão do trabalho social**. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O suicídio**. SP: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **As formas elementares da vida religiosa**. IN: *Os pensadores*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação e Sociologia**. SP; Melhoramentos, 1952.

\_\_\_\_\_. **Moral Education**. New York: The Free Press, 1971.

HITLER, A.. **Minha luta: Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

IANNI, O.. Neoliberalismo e nazi-fascismo. In **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, n° 7., 1998 pp. 112-120.

LUCENA, C.. **Hayek, liberalismo e formação humana**. Campinas: Alínea, 2011.

.\_\_\_\_\_. O pensamento educacional de Émile Durkheim. In **Revista Histedbr on line**, v10, n.40, 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820>>  
Acesso 01 maio 2018

\_\_\_\_\_. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2004

NORONHA, O. M.. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005

Programa do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP).

Disponível em: <<http://icommercepage.blogspot.com.br/2011/10/os-25-ponto-chaves-do-nazismo.html>> Acesso em: 09 out. 2019.

Protocolos dos Sábios de Sião. Tradução Gustavo Barroso. SP: Editora Revisão, 1989.